

POLÍTICA E OPINIÃO PÚBLICA



Esta seção analisa a perseguição jurídica contra o ex-presidente Lula, demonstrando como o Judiciário tem negado arbitrariamente recursos de sua defesa e cerceado seus direitos. Também destaca a reafirmação do PT em relação à pré-candidatura de Lula à presidência, afastando a possibilidade de apoiar outros nomes, além do quadro de fragmentação e indefinição em torno de uma candidatura da centro-direita. Por fim, traz os últimos dados de opinião pública divulgados pelo Instituto MDA, em parceria com a Confederação Nacional dos Transportes.

Recursos e visitas negados a Lula

A defesa já impetrou uma série de pedidos de habeas corpus para evitar ou suspender a prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, todos negados. A primeira negativa veio da 5ª turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 6 de março, de forma unânime. Em 5 de abril foi a vez do Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) negar o habeas corpus, por seis votos contra e cinco a favor, e por isso foi expedida a ordem de prisão de Lula, detido desde o dia 7 de abril em Curitiba.

Após a ordem de prisão, a defesa pleiteou novamente ao STJ que mantivesse o ex-presidente solto. O pedido foi negado no dia 6 de maio, pelo ministro Félix Fischer. Com mais um habeas corpus negado, os advogados de Lula recorreram ao STF com pedido de liminar, que questiona o início imediato da execução da pena, por determinação do TRF da 4ª região. A defesa sustentou que não houve exaurimento da segunda instância, já que ainda

eram possíveis novos embargos. O ministro Fachin negou seguimento à reclamação.

Três dias após Lula ter se apresentado à superintendência da Polícia Federal para cumprimento da ordem judicial, em Curitiba, a juíza Carolina Moura Lebbos, responsável pela execução penal da sentença do ex-presidente, negou a um grupo de nove governadores e três senadores um pedido de visita para verificar em que condições se dá a execução penal. O pedido só foi aceito no dia seguinte, 11 de abril, mas para um grupo menor, formado pela Comissão dos Direitos Humanos do Senado.

No dia 18 de abril, Adolfo Pérez Esquivel, vencedor do Prêmio Nobel da Paz em 1980, havia programado uma visita a Lula, invocou as Regras de Mandela, ou Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos, um tratado que prescindia de autorização judicial. A juíza federal substituta Carolina Lebbos, da 12ª Vara, vetou a visita alegando que não apresentava fundamento concreto, uma vez

que não havia indicativos de violação a direitos dos custodiados no estabelecimento que se pretendia inspecionar e que não considerava a visita como de organismo internacional intergovernamental, embora o reconhecesse como entidade consultiva da Organização das Nações Unidas (ONU).

No dia seguinte, foi a vez do teólogo e amigo de Lula Leonardo Boff dar plantão na porta da Polícia Federal e ter também sua visita negada pela mesma juíza. A visita só foi possível no dia 7 de maio, após trinta dias da prisão política de Lula, feita em negociação direta com a PF, como 'assistência espiritual'. Ao final, Boff disse que Lula está indignado, mas reafirmou sua candidatura e que só deixará de ser candidato se a Justiça apresentar provas das acusações feitas contra ele.

Ainda no bojo das proibições arbitrárias de visitas, no dia 25 de abril a juíza Carolina Lebbo vetou a visita de um dos médicos indicados para atender a saúde do ex-presidente Lula, alegando que "não havia urgência" envolvida, sem nenhum tipo de respaldo clínico profissional. Desde o dia 7 de abril, o ex-presidente não havia tido acesso a nenhuma avaliação médica, como habitualmente vinha fazendo por ter superado um câncer e ter tido problemas crônicos de diabetes e hipertensão, o que coloca em risco sua saúde.

Outros presos sob custódia na superintendência da Polícia Federal do Paraná recebem atendimento dos médicos indicados por eles, de forma que a restrição exclusiva do atendimento a Lula torna a "justiça da Lava Jato" assimétrica, arbitrária e autoritária, atropelando qualquer direito democrático, e dá mais uma demonstração do caráter político da prisão. A visita médica, assim como a instalação de uma esteira ergométrica para exercícios, só foi permitida no dia 7 de maio, devido a 'outros custodiados igualmente terem direito a atendimento médico particular'

Essa série de irregularidades é parte do que está sendo praticado na prisão política do ex-presidente Lula. A ele não estão sendo aplicadas as normas constitucionais, está posto numa solitária, sem que a Lei de Execução Penal que assegura a detentos a "visita do cônjuge, parentes e amigos em dias determinados, como direitos do preso", seja respeitada.

Somado a isso, o caráter perpétuo da prisão de José Dirceu, no último dia 18 de maio (mais de trinta anos somados aos mais de setenta anos de idade do líder petista) e a tentativa de mandá-lo a uma cela comum, mesmo tendo curso superior de direito, alegando que ele não está com a carteira da OAB atualizada, retratam o caráter persecutório ao PT.

Ao que tudo indica, a força de Lula aumenta à medida que se apresentam várias irregularidades em sua condenação, o cumprimento de sua pena e a seletividade da Justiça contra Lula e PT.

A desarticulação da centro-direita nas eleições

Lula recebeu em 17 de maio a presidenta do Partido dos Trabalhadores, Gleisi Hoffmann, e o coordenador do programa Lula de governo, Fernando Haddad. Lula é o pré-candidato do PT à presidência da República e sua candidatura deve ser lançada mesmo com ele preso em regime fechado, e será registrada em 15 de agosto, só podendo ser impugnada pela Justiça Eleitoral após essa data.

Na conversa, Lula deixou clara a intenção de manter sua candidatura e pediu a Haddad que intensifique o trabalho em seu programa de governo, que deve ser "ousado". Após o encontro, Gleisi se reuniu com os governadores petistas e partidos aliados para reforçar que Lula é o candidato do PT e que o Partido dos Trabalhadores não apoiará outro nome.

Ciro, pré-candidato do PDT, está buscando parcerias para a vice-presidência no empresariado, e também mantém conversas com partidos de centro-esquerda, como o PSB, e partidos da centro-direita, como o PP e o DEM. Já Manoela D'Ávila deve apoiar a candidatura de Lula e o PT no segundo turno, mas mantém candidatura própria do PCdoB no primeiro turno. O mesmo ocorre com Guilherme Boulos (Psol).

O PT continua o maior partido de esquerda, em número de deputados, presença institucional, militância e preferência partidária, o que justifica não abrir mão do protagonismo na disputa, mantendo como prioridade a luta contra a prisão injusta e arbitrária de Luiz Inácio Lula da Silva e seu direito de ser candidato.

O MDB lançará a candidatura de Henrique Meirelles, ministro da Fazenda do governo golpista. De acordo com informações veiculadas na imprensa, a tendência é que Temer coordene sua campanha.

Considerado por muitos como o nome que unificaria a centro-direita em 2018, Alckmin afunda nas pesquisas no momento que deveria, para demonstrar seu potencial, estar se consolidando com uma porcentagem razoável das intenções de voto. Seus votos escapam na região Sul para a pré-candidatura de Álvaro Dias (Podemos), ex-tucano. Bolsonaro (PSL) aparenta, também, ter batido no seu teto, de cerca de 15%, e seu caráter descontrolado e fascista dificultará a arregimentação de partidos do centrão, à exceção de figuras mais conservadoras e que combinam com o perfil do deputado, o que acarretará em pouco tempo de TV e pouca estrutura partidária.

Marina (Rede) deve passar por um problema parecido relacionado à estrutura, visto que não parece contar com um apoio considerável como o obtido nas eleições de 2014. Apesar de todos estes candidatos e candidatas contarem com setores diversos do mercado financeiro e do empresariado, ainda falta combinar com o povo e entre si para que cheguem ao segundo turno.

O vácuo político que a direita e o conluio midiático-jurídico-empresarial criará se retirarem Lula da disputa pode gerar a maior abstenção e número de votos inválidos da história, pois retirarão do povo a grande liderança na qual este se reconhece. Com a realidade contrariando a propaganda sobre a recuperação econômica, mais a ausência, até o momento, de um nome da centro-direita que unifique o campo e venha forte para a disputa eleitoral, a situação de impasse tende a se agravar.

A perseguição contra o ex-presidente tem o objetivo de impedir outra vitória da esquerda e do campo democrático-popular nas eleições presidenciais, de modo a inviabilizar a possibilidade de aplicar no país um projeto democrático de desenvolvimento.

Lula é o candidato do PT e cabe ao campo progressista seguir lutando por sua liberdade e seu direito de disputar as eleições.

Última pesquisa de opinião pública

No dia 14 do último mês, a MDA/CNI divulgou pesquisa e comprovou o que o Datafolha, Vox, e Ipsos já haviam revelado logo após a prisão de Lula, ou seja, que permanece líder nas pesquisas de intenção de voto e sua prisão não impactou negativamente sobre seu eleitorado, nem a credibilidade do PT enquanto partido político capaz de reverter o golpe e levar a outra eleição da esquerda e do campo democrático-popular.

O ex-presidente lidera a corrida presidencial, com 32,4% das intenções de voto dos eleitores brasileiros. Atrás dele vêm Jair Bolsonaro (PSL) com 16,7%, seguido por Marina Silva (Rede) com 7,6%, Ciro Gomes (PDT) com 5,4%, Geraldo Alckmin (PSDB) com 4% e Álvaro Dias (Podemos) com 2,5%. Fernando Collor (PTC), Michel Temer (MDB), Guilherme Boulos (Psol), Manuela D'Ávila (PCdoB), João Amoêdo (Novo), Flávio Rocha (PRB), Henrique Meirelles (MDB), Rodrigo Maia (DEM) e Paulo Rabello de Castro (PSC) não chegam a 1% das menções. Votariam em branco ou nulo 18% dos eleitores, e outros 8,7% se disseram indecisos.

Lula lidera também em todos os cenários propostos para o segundo turno pela pesquisa MDA/CNT, que também ouviu os eleitores sobre a condenação do ex-presidente. De março para maio, caíram de 52,5% para 51% os que consideram a sua prisão "justa". Já a avaliação sobre a atuação da Justiça no Brasil é considerada ruim ou péssima para 55,7% dos entrevistados, e o Poder Judiciário é considerado pouco ou nada confiável para 89,3%. Outro protagonista do golpe de 2016, a mídia, é considerado ainda menos confiável, apenas 5% da população brasileira diz confiar nessa instituição.